

GRILAGEM DE TERRAS E ASSASSINATOS: A REVOLTA CAMPONESA EM MOJU/PA NA DÉCADA DE 1980

EARTH GRILLAGE AND MURDERERS: THE PEASANT REVOLT IN MOJU / PA IN THE 1980'S

Elias Diniz **SACRAMENTO**¹
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo: O presente artigo analisa os conflitos pela posse da terra que ocorreram no município de Moju, na década de 1980, e o que levou os camponeses da região do Jambuaçu a invadirem a cidade no início do ano de 1988, numa ação orquestrada que procurou dar um fim à violência desenfreada que ali ocorria. Procura-se mostrar neste trabalho como os projetos agroindustriais, ao instalarem-se nesse município, foram aos poucos mudando o cenário ali existente, muitas vezes sendo os principais causadores dos embates entre trabalhadores rurais e donos dos empreendimentos amparados pelo Estado e pelo uso da força policial e da pistolagem, que causou inclusive a morte de várias pessoas, entre elas o vereador do PDS, Edmilson Soares, do sindicalista Virgílio Serrão Sacramento e dos lavradores “Canindé” e “João”, sendo os dois últimos casos o “estopim” da revolta camponesa que ali ocorreu.

Palavras-chave: Moju. Conflitos de terra. Camponeses.

Abstract: This article analyzes the conflicts over land tenure that occurred in the municipality of Moju in the 1980s and what led peasants in the Jambuaçu region to invade the city in early 1988 in an orchestrated action that sought to end violence rampant that occurred there. I try to show how the agro-industrial projects, when installed in this municipality, were gradually changing the existing scenario, often being the main causes of the clashes between rural workers and owners of the enterprises supported by the state and by the use of police force and the gunfire that caused even the death of several people, including PDS councilman Edmilson Soares, unionist Virgílio Serrão Sacramento and farmers “Canindé” and “João”, the latter two cases being the 'trigger' of the peasant revolt that occurred there.

Keywords: Moju. Land conflicts. Peasants.

¹ Doutor em História Social da Amazônia pela UFPA. Professor da Faculdade de História do Campus do Tocantins/Cametá/UFPA. Membro do Grupo de Pesquisa História do Tempo Presente na Amazônia. E-mail: edsacramento@ufpa.br

1 Introdução

No dia 25 de dezembro do ano de 1615, o português Francisco Caldeira Castelo Branco aportou na foz da baía do Guajará, no lugar que ele batizou como sendo “Santa Maria de Belém do Grão-Pará”. Ali iniciou a construção de um forte, denominado por ele de “Forte do Presépio”, por ser, naquele dia, celebrado o nascimento de Jesus Cristo. Teve início, então, o processo de ocupação da Amazônia, sendo o dia 12 de janeiro de 1616 a data da fundação da capitania do Grão-Pará.

No entanto, nos anos seguintes, os conflitos com os indígenas que habitavam essa região, principalmente os Tupinambás, foram intensos, até que no dia 7 de janeiro de 1619 os nativos derrotados, principalmente depois da “baixa” do seu principal líder, o índio chamado Guaimiaba, apelidado de “Cabelo de Velha”, por possuir uma vasta cabeleira branca, como nos mostra Vera Maria Segurado Pimentel (2017)², no artigo intitulado “O discurso de poder do Branco sobre o índio materializado no espaço museal Forte do Presépio em Belém do Pará”, como podemos ver a seguir:

O forte foi o espaço do encontro e do choque entre sujeitos históricos portadores de culturas simbólicas e materiais diferentes e individualizados. A afirmação da cultura material portuguesa superior às das populações tribais do norte do Brasil produziu resultados disseminadores, que um choque dessa envergadura poderia produzir. As lutas pela defesa de seus espaços foram avassaladoras, principalmente para as tribos. Guaimiaba ou Cabelo de Velha chefiou uma das maiores batalhas em 7 de janeiro de 1619 contra a força lusitana, tendo sido derrotado no espaço que atualmente leva seu nome, em justa homenagem (PIMENTEL, 2017, p. 5).

Na Amazônia ou Grão Pará, como nos mostra a autora, os portugueses fizeram o mesmo, ocupando uma terra que já tinha dono, ou donos, os índios da chamada parte norte. O processo de consolidação foi se dando aos poucos, mas sempre com o uso da força, e encontrou resistências, sendo os Tupinambás os primeiros. Esses foram os primeiros conflitos pela terra.

Girolamo Domenico Treccani nos mostra, no seu livro *Violência e grilagem: instrumentos de aquisição de terras no Pará* (2001)³, como, ao longo dos séculos, desde a chegada dos colonizadores na Amazônia, houve alteração no sistema de relação do homem “branco” com o nativo no que diz respeito à terra. Para o autor, a criação das sesmarias, por

² PIMENTEL, Vera Maria Segurado. O discurso de poder do Branco sobre o índio materializado no espaço museal Forte do Presépio em Belém do Pará. Brasília. *Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: história e democracia*. Brasília: ANPUH, 2017.

³ TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem: instrumentos de aquisição de terras no Pará**. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

exemplo, foi um dos primeiros casos emblemáticos. Diversas mudanças existiram durante vários séculos, até o final do século XX, com o resultado da intervenção militar no Brasil, quando foram acirradas medidas radicais para a região amazônica, aumentando consideravelmente a violência contra indígenas, quilombolas e diversas comunidades tradicionais.

O autor paraense Ronaldo Barata, ao publicar o livro intitulado *Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense* (1995)⁴, reuniu uma série de matérias de jornais, dos anos de 1980 a 1989, do Pará, destacando os principais conflitos noticiados nesse período. Do município de Moju, foram diversos casos, apresentados neste trabalho, na tabela 1. Destaco, inicialmente, dois casos, com os títulos “Posseiro foi encontrado morto” e “Lavradores revoltados atacaram a cidade de Moju”. Vejamos:

No dia 7 de janeiro de 1988, o corpo do lavrador conhecido como “Canindé” foi encontrado, já em adiantado estado de decomposição, enterrado em uma cova rasa, à margem de um ramal do km 35 da rodovia PA-150, município de Moju. Informações provenientes do STR de Moju dão conta que a morte do lavrador ocorreu por questões de disputa de terra e que a vítima, antes de ser assassinada, foi espancada e teve seu corpo queimado.

[...]

Os lavradores da localidade de Jambuaçu, vilarejo onde morava “Canindé”, assassinado no último dia 7 de janeiro de 1988, revoltados com o brutal crime e com o descaso das autoridades policiais na elucidação do assassinato, atacaram a sede do município de Moju, onde destruíram, além da sede da Delegacia de Polícia, outros imóveis públicos (BARATA, 1995, p. 627).

A obra de Ronaldo Barata, um relatório dos casos de violência ocorrida no campo paraense na década de 1980, ajuda-nos a ilustrar o quadro vivido nesse espaço da Amazônia. No entanto, o que nos interessa neste trabalho são os casos voltados para o município de Moju. O fato mostrado por Ronaldo Barata refere-se ao início do ano de 1988, quando o homem conhecido apenas como “Canindé”, morador de uma localidade da região do Jambuaçu, foi barbaramente morto, e, em seguida, dezenas de moradores dessa mesma região entraram na cidade e atearam fogo na casa do chefe dos pistoleiros, Claudomiro, que fugiu, e incendiaram parcialmente a delegacia de polícia, fazendo, assim, com que os pistoleiros se retirassem dali.

Nos fins da década de 1970, Moju foi “tomado” pela chegada de diversos projetos agroindustriais, como das empresas de coco, dendê, seringa, criação de gado, indústria madeireira, entre outras. O cenário ali mudou completamente por conta desses novos

⁴ BARATA, Ronaldo. *Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense*. Belém: Editora Cejup, 1995.

empreendimentos. Famílias que há décadas, e até mesmo séculos, possuíam um modo de vida, mudaram completamente sua forma de viver, principalmente aquelas que se tornaram “vizinhas” desses empreendimentos.

Bertha Becker (1995) afirma que o Brasil e a Amazônia foram os grandes espaços deixados por último para aquilo que ela chamou de regiões de fronteira na geopolítica, que sempre teve um domínio dos países mais desenvolvidos. O Brasil, durante vários anos, não buscou o desenvolvimento, procurando viver de seus produtos primários como base de exportação, deixando para a segunda metade do século XX a reorganização da economia baseada em outros fatores, como da industrialização.

Este artigo, intitulado “Grilagem de terras e assassinatos: a revolta camponesa em Moju/PA na década de 1980” é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, nos anos de 2005 a 2007, na Universidade Federal do Pará, quando foi apresentada a dissertação intitulada *As almas da terra: a violência no campo paraense*. O artigo é parte final do capítulo deste trabalho, e aqui procura-se fazer uma revisão da sua metodologia, utilizando novos autores e ampliando o uso das fontes documentais, inclusive orais, como algumas entrevistas que contribuem para embasar melhor o texto.

Nesse sentido, procuro aqui mostrar alguns dos principais acontecimentos que se deram em Moju na década de 1980, analisando como a terra foi vista nas últimas décadas do século XX no Brasil e como a questão fundiária foi pautada pelas políticas públicas, a ponto de se transformarem em grandes negócios, acarretando uma série de conflitos desencadeadores de violências como expulsões e assassinatos.

Destaca-se como relevante o fato de como o município mojuense se viu envolvido com essa situação nos fins da década de 1970 e toda a década de 1980, passando por diversos momentos críticos, como da morte do vereador Edmilson Soares, do Partido Democrático Social (PDS), partido que agregou os membros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) no fim da ditadura militar. Essa morte ocorreu no dia 7 de setembro de 1984. Outro assassinato foi o ocorrido no dia 5 de abril de 1987, do líder sindical Virgílio Serrão Sacramento, defensor de forma incondicional dos trabalhadores rurais desse município. As duas mortes tiveram relação direta com os conflitos pela terra que se acentuaram em Moju por conta das disputas travadas e a falta de uma solução judicial.

Mas a principal abordagem do artigo é sobre os acontecimentos que ocorreram no início do ano de 1988, no município mojuense. Depois da chegada de diversos projetos agroindustriais nesse espaço e sua consolidação, a situação se tornou extrema, uma vez que,

por ali, andavam livremente diversos pistoleiros. Em uma tentativa de pôr um fim a esses desmandos, um homem conhecido como “Canindé” tentou “resolver” o problema da violência e dos conflitos de terra ali instalados. Resultado disso: Canindé foi preso pela polícia militar e, em seguida, morto brutalmente por policiais e pistoleiros que o retiraram da delegacia, tendo havido também a morte de outro homem conhecido apenas como “João”.

O resultado da morte de “Canindé” e “João” foi a culminância de uma ação articulada por aproximadamente 80 homens de várias comunidades da região do Jambuaçu, que “invadiram” a cidade no dia 7 de janeiro de 1988, quando destruíram o posto de telefonia do município, impediram a travessia da balsa e colocaram fogo na delegacia de polícia e na casa do principal responsável pela pistolagem, Claudomiro Barbosa, dispersando os pistoleiros que por ali circulavam. Essas ações dos camponeses de Jambuaçu ecoaram por vários cantos do Pará e ainda hoje se guarda na memória, acima de tudo mojuense, esse acontecimento.

2 A violência no campo paraense

A luta pela terra tem sido uma realidade no campo amazônico após a implantação de vários projetos agroindustriais, principalmente depois da tomada do poder pelos militares em 1964. Pensado como um espaço “vazio”, criou-se o *slogan* “Terra sem homens para homens sem terra”, uma campanha que incentivaria a vinda de milhares de homens e mulheres de outras regiões do Brasil, principalmente do sul, sudeste e do nordeste, onde o grande problema da seca obrigava os nordestinos a migrarem em busca de novas alternativas de sobrevivência. O discurso dos militares foi oportuno nesse momento.

O Estado do Pará, por exemplo, onde a busca por terras foi maior no início dessa nova colonização, uma vez que a facilidade em conseguir um lote era maior, teve seu cenário transformado completamente. Ocorreram aberturas de novas rodovias estaduais, as PA, que seriam novos caminhos a partir da rota principal, a recém-construída Belém-Brasília, ou, como passaria a ser chamada, BR-316, uma nova estrada que fazia ligação da Região Norte com o restante do Brasil, facilitando a locomoção de pessoas da parte norte para outras regiões brasileiras. Nesse sentido, a BR-316 se tornou a “porta de entrada” para a Amazônia.

As regiões sul e sudeste do Pará foram as que mais tensões passaram a ter no decorrer das décadas de 1960, 1970 e 1980. Nesses espaços, Airton dos Reis Pereira, no livro *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará* (2015)⁵, nos mostra que,

⁵ PEREIRA, Airton dos Reis. *Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará*. Recife: Editora UFPE, 2015.

incentivados por venda de títulos de terras, antes inclusive dos anos de 1960, homens de posse do Sul do Brasil vieram para essa região. Entretanto, com o incentivo dos governos militares, vieram também homens de outras partes do país, dando-se aí toda uma situação conflituosa, principalmente pelo posicionamento do Estado, muitas vezes ficando do lado dos grupos com posses, como podemos ver a seguir:

Quer dizer, o sul e sudeste do Pará, entre a segunda metade da década de 1970 e os primeiros anos de 1990, se apresentaram como um território marcado por um complexo movimento de luta pela terra. Ali os confrontos não estiveram relacionados diretamente só às expulsões de posseiros, que há muito tempo ocupavam terras devolutas, por empresários e proprietários rurais do Centro-Sul do Brasil. Os embates e os encontros em torno da posse e usos da terra foram provenientes também das disputas simultâneas entre trabalhadores rurais empobrecidos que chegavam de diversas regiões do país e empresários, comerciantes ou fazendeiros do Centro-Sul que contavam com apoio político e financeiro do Estado. É preciso considerar ainda que os conflitos de terra ocorreram, principalmente, porque levas de trabalhadores rurais migrantes, que, se identificando como posseiros, ocuparam inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos, fazendo dessa parte da Amazônia brasileira um dos espaços mais violentos do Brasil (PEREIRA, 2015, p. 90).

Seria inevitável não pensarmos nessas regiões do estado paraense, mencionadas por Airton dos Reis, como espaços de grandes conflitos pelas terras por mais de três décadas do fim do século XX. Porém, é importante frisar que também outras regiões, como o nordeste e oeste paraense, vivenciaram dias de grandes tensões por conta das disputas pela posse da terra. Um dos casos mais emblemáticos pode ser observado pela autora Violeta Loureiro, na obra intitulada *Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia* (2000)⁶, por meio do qual nos é relatado o caso da Gleba Cidapar, localizada entre os municípios de Viseu, Primavera, Garrafão do Norte, além de Capitão Poço, Irituia, Santa Luzia, quando empresários das regiões Sul e Sudeste do Brasil tentaram se apossar de terras habitadas por colonos que viviam em várias comunidades. Como afirma a autora, essas terras eram de origem de sesmarias. Nesse espaço, explica Violeta Loureiro, os conflitos foram intensos, fazendo surgir a figura mítica de Armando Oliveira da Silva, mais conhecido como “Quintino Lira” ou o “gatilheiro”, como ficou conhecido nessa região. Leiamos um trecho em que a autora descreve a figura do personagem:

Eu era lavrador. Acontece que os fazendeiros não queriam me deixar trabalhar, queriam tomar o que era meu. Botei na Justiça a minha questão: em oito meses eles não me deram apoio. Ocupei até o presidente da República e

⁶ LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. 2 ed. Belém: Cejup, 2000, p. 241-242.

eles não me deram apoio e era eu e mais 32 posseiros. Ou melhor dizendo, éramos 33, mas um deles o fazendeiro mandou matar e ficamos 32. Botei oito meses na Justiça e eles não me deram o direito e eu resolvi matar o fazendeiro. Matei gente, matei o pistoleiro e o escambau” (...). De lá pra cá me dirigi a matar cabra ruim. Toda terra que se encontra em conflito, minha ideia é libertar e matar os cabras que estão lá a atentar (perseguir) colono” (LOUREIRO, 2000, p. 241-242).

Armando Oliveira da Silva ou Quintino Lira tornou-se figura emblemática na região da Gleba Cidapar. Em um dos episódios, correu a notícia de ter trocado tiros com o então “Capitão” James Lopes, que viria ser o principal acusado da morte do ex-deputado estadual e advogado Paulo Fonteles, já em 1987. Quintino, diziam os moradores, era destemido, como é mostrado no artigo “A luta pela terra na Amazônia: o assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará (2007-2015)”, escrito pelos autores Elias Diniz Sacramento e Antonio Jefferson Paiva Oliveira (2016)⁷. O que podemos perceber ali é a memória de um sujeito descrito pelos moradores do assentamento como um “homem do bem”, que defendia os colonos, lavradores da região, sobretudo dos interesses dos donos das empresas que queriam se apossar das terras.

Na região oeste do estado paraense, há também inúmeros casos de conflitos de terras. Um deles pode ser observado pelas autoras Rosa Acevedo Marin e Edna Castro, no livro *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios* (1993)⁸, através do qual nos falam da ocupação de áreas quilombolas no município de Oriximiná, pela então Mineradora Rio do Norte (MRN), criando atritos com várias populações remanescentes de quilombos e causando sérios danos ao meio de sobrevivência dessas comunidades, principalmente para Cachoeira Porteira e Boa Vista, onde os desmatamentos e a poluição dos rios e igarapés causaram grandes impactos ao modo vida desses povos.

Os casos de violência que eclodiram na Amazônia nas décadas de 1970 e 1980 foram resultados daquilo que Bertha Becker utilizou no artigo, intitulado “Geopolítica da Amazônia” (2005)⁹, e chamou de geopolítica, numa análise sobre o espaço e o tempo, pois, segundo a autora, quando os portugueses colonizaram o Brasil, pouco interesse tiveram pela região amazônica. Nesse sentido, esta foi vista como uma região periférica. Seu interesse pelo capital só foi visto no final do século XX.

A autora mostra que a corrida para essa região da parte norte do Brasil se deu em função das necessidades do capital internacional. Além da Amazônia, a autora destaca que os

⁷ SACRAMENTO, Elias Diniz; OLIVEIRA, Antonio Jefferson Paiva. A luta pela terra na Amazônia: o assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará (2007-2015). *Revista Outras Fronteiras*, v. 3, 2016.

⁸ CASTRO, Edna Ramos; MARIN, Rosa Acevedo. *Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios*. 2 ed. Belém: Cejup, 1993.

⁹ BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

países latinos também fizeram parte desse projeto. Embora Bertha Becker destaque que no século XXI tenha começado a se pensar, para a Amazônia, novas ideias políticas e econômicas pautadas na preservação do meio ambiente, por exemplo, nas últimas décadas do século XX, a situação foi outra.

Violeta Loureiro e Jax Pinto nos mostram, no artigo “A questão fundiária na Amazônia” (2005)¹⁰, como a região amazônica foi ocupada a partir das décadas de 1980, passando a ser destaque nos noticiários sobre a violência pela posse da terra nesta parte territorial do Brasil. Segundo os autores, o Estado foi um dos grandes responsáveis pelo “caos” que aqui se instalou, quando, depois dos anos de 1960, incentivou a vinda de diversos grupos econômicos para esta parte do Brasil. Muitos desses grupos, no entanto, aplicaram os recursos em outros “negócios”, como podemos ver a seguir:

Muitos empresários não investiram os recursos em novas empresas na região, mas sim na compra de terras para simples especulação futura; alguns os aplicaram em suas empresas situadas noutras regiões do país; e várias empresas foram criadas de forma fictícia. Outras (como a Volkswagen, o Bamerindus etc.) devastaram grandes extensões de terras cobertas por ricas florestas e transformaram essas áreas em pasto para a criação de gado, desprezando a enorme disponibilidade de pastos e campos naturais; enfim, trouxeram grandes prejuízos ecológicos, desperdiçaram ou desviaram os recursos públicos colocados à sua disposição, criaram poucos empregos e não trouxeram o prometido desenvolvimento para a região. Ainda assim, o modelo permanece até hoje sem grandes alterações, apesar do fracasso notório dessa política, seja do ponto de vista ambiental, econômico ou social (LOUREIRO & PINTO, 2005, p. 78).

Como podemos ver na citação acima, projetos que deveriam ser utilizados para desenvolver a Amazônia, no período em que os militares já estavam no “poder”, foram usados para outros fins, foram aplicados em outros “investimentos”. Multinacionais como Volkswagen e Bamerindus saíram de grandes centros urbanos como São Paulo e migraram para a Amazônia, onde conseguiram mais dinheiro para seus projetos, que não tinham nenhuma relação com a produção de alimentos ou criação de gado, mas, ainda assim, foram grandes beneficiados pelo apoio dos governos militares.

A fronteira de expansão estava aberta, e, desde seu início, o cenário foi um dos mais difíceis para as comunidades tradicionais da Amazônia. Começou ali um novo modelo de “desenvolvimento” pensado de “fora para dentro”. Os antigos moradores da região perderam

¹⁰ LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax. A questão fundiária na Amazônia. In: **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

“valor” para o homem que veio de fora, principalmente do sul e sudeste brasileiro. Os conflitos não tardaram a começar.

Não foi “à toa” que, desde o ingresso dos militares, em 1964, iniciaram-se os conflitos pela posse da terra na Amazônia. Como já foi mencionado, as regiões do sul e sudeste do Pará foram as que mais concentraram conflitos, mas também a região oeste e nordeste paraense, nas décadas de 1980, já faziam parte desse cenário. É nesse contexto que o município de Moju inicia um processo de mudanças, acima de tudo com a chegada de projetos agroindustriais, nos fins da década de 1970 e início da década de 1980.

3 A chegada dos projetos agroindustriais a Moju

Os principais acontecimentos relacionados à disputa pela terra em Moju estão ligados diretamente ao modelo de desenvolvimento pensado pelos militares para a Amazônia. Nesse sentido, o município mojuense foi contemplado com alguns projetos que seriam de grande “relevância” para a produção de uma economia diversificada, saindo dos padrões de uma agricultura tradicional, baseada no extrativismo e na produção de subsistência.

Antes da chegada dos grandes projetos agroindustriais em Moju, ainda na década de 1970, o município mojuense contava com uma população que possuía um modelo de vida baseado na extração de produtos da floresta, sendo o trabalho feito em pequenas roças e hortas caseiras que eram utilizadas para o sustento das famílias que habitavam essas localidades, as famosas comunidades tradicionais que contavam com pequenos núcleos familiares. Grande parte das comunidades estava localizada às margens dos rios, principalmente dos rios Moju, Jambuaçu, Cairari e Ubá. As localidades que se formaram ao longo da rodovia PA-150, ligando o município de Moju ao sul do Pará, só passaram a existir depois da construção dessa estrada, na segunda metade da década de 1970, principalmente por conta dos projetos de dendê que ali viriam a se instalar e precisariam de uma via de escoamento.

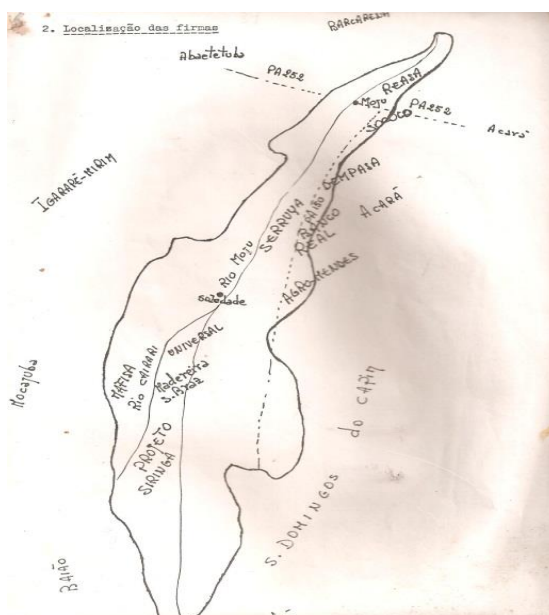
Assim, antes dos anos de 1980, havia, em Moju, um modelo de produção e uma economia que não levavam em consideração o capital como principal instrumento para aquisição de grandes bens ou para ampliação das propriedades. Esse sistema é modificado a partir da chegada dos vários projetos que começaram a ser instalados nessa década. Projetos como da produção de coco, de dendê, da criação de gado, da plantação da seringa, da indústria da madeira são alguns dos exemplos que fizeram com o que o capital econômico

passasse a ter outro significado, criando um clima de apreensão e de tensão entre os antigos moradores e os novos investidores.

Da chegada desses projetos na década de 1970, temos a notícia de um dos primeiros conflitos que viria a se dar nas terras mojuenses, constando no relatório da “Comissão Camponesa da Verdade: 1946 -1988” (2014)¹¹, que procura mostrar casos de violação de direitos humanos contra trabalhadores do campo. Esse relatório foi apresentado por vários movimentos sociais do campo dentro das celebrações dos “50 anos do golpe militar”, quando foram criadas diversas comissões de verdade pelo Brasil afora, sendo a mais importante delas a Comissão Nacional da Verdade.

O caso de Moju registrado no relatório é do assassinato de Pedro Gomes da Silva, morador da comunidade de Junirateua, que levou um tiro quando viu que um homem interessado em suas terras fazia uma demarcação. Ao questionar tal ação, aquele sofreu o atentado e, mesmo ferido, procurou o delegado de polícia, quando ali foi assassinado, no dia 24 de julho de 1965, por um policial militar, Antonio Francisco de Oliveira, que o derrubou no chão e fez um disparo de fuzil na presença do então delegado de polícia de Moju. Sua morte teria sido encomendada pelo senhor de prenome Miguel, que a todo custo queria se apossar das terras da vítima. O mapa a seguir demonstra a localização dos projetos agroindustriais no município de Moju, na década de 1980.

Figura 1 –Mapa de Moju sobre a localização dos projetos agroindustriais em 1980



Fonte: Comissão Pastoral da Terra (CPT-Belém) – Região Guajarina.

¹¹ VERDADE, Comissão Camponesa da. **Relatório Final**: violações de direitos no campo 1946 a 1988. Brasília, dez. 2014.

Outro caso emblemático de tensão ocorrido em Moju foi o conflito com a empresa Reasa, já no ano de 1984. A dita empresa, não satisfeita com o tamanho de sua área, resolveu ampliar seu território de um modo nada convencional. Os proprietários utilizaram um dos acionistas que havia sido eleito vereador no ano de 1982 para tomar a frente desse empreendimento. Embora estivesse localizada próximo à região do Jambuaçu, uma região que era conhecida por ser predominantemente um espaço de comunidades de descendentes de quilombos, a Reasa tinha dificuldade em ampliar suas terras onde estava fixada.

A empresa se estendeu rumo à outra área, que fazia fronteira com a empresa Sococo, e entre as duas havia várias comunidades. Duas dessas chamaram a atenção dos empreendedores, a comunidade do Ipitinga e a Curuperé. No livro publicado com o título *A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos*. (2009)¹², foi mostrado que uma das estratégias do referido vereador era ir à noite “abrir picos” nessas áreas para, aos poucos, tentar se apossar das terras dos moradores, principalmente do senhor Delorizano Duarte, mais conhecido por “Deló”. No entanto, quando chegou à terra desse senhor, morador do Curuperé, os moradores das duas comunidades embargaram o serviço e travaram longa batalha judicial. Sobre o caso, destaque-se trecho do livro:

O grande interesse da firma Reasa, segundo os moradores e documentos apresentados pelo STR de Moju, dava conta de que essa pretendia se apossar de uma grande quantidade de terras, pois queria ir além daquelas conseguidas já na região do Jambuaçu. As terras localizadas nas comunidades do Curuperé e Ipitinga eram alvos dessa empresa, pois ali havia muitos hectares. Mas para conseguir tal área de interesse, era necessário passar pelas terras do senhor Delorizano Duarte da Costa, mais conhecido por “Deló”. Este era morador da comunidade do Curuperé, então vizinha da comunidade do Ipitinga. Na verdade, era um desmembramento, e para se chegar às outras terras, era preciso primeiro ocupar a desse morador (SACRAMENTO, 2009, p. 63).

No capítulo da história mojuense, esse conflito não foi solucionado pelas vias legais, ou pelas vias judiciais, pois, como já foi mencionado, o Estado favorecia os grandes empreendimentos. O resultado desse conflito foi o embate que aconteceu no dia 7 de setembro de 1984, quando os moradores decidiram armar-se com suas espingardas e esperarem os homens que vinham com o trator fazendo o “pico”, à noite. Prepararam-se no dia 6, à tarde, e foram para a mata. Às 5 horas da manhã, 44 homens das duas comunidades avistaram a

¹²SACRAMENTO, Elias Diniz. **A luta pela terra numa parte da Amazônia**: o trágico 07 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos. Belém: Editora Açaí, 2009.

máquina que vinha abrindo a mata. Deram sinais para que parassem os serviços, mas receberam como resposta tiros disparados dos revólveres de dois pistoleiros e do motorista, que era o então vereador e acionista da empresa, Edmilson Soares.

O grupo dos 44 então revidou com suas armas e, após alguns minutos de tiros de ambas as partes, os colonos correram para as suas casas, sabendo depois que Edmilson havia morrido. Era o dia 7 de setembro de 1984, dia que celebrava a independência do Brasil. Após a morte do vereador, a empresa Reasa desistiu do projeto de ampliação de novas terras a qualquer custo. Os 44 lavradores foram presos, mas como não houve um “culpado” pela morte, foram liberados. As comunidades de Curupeté e Ipitanga não foram mais “perseguidas” por outros projetos.

No entanto, outras áreas do município mojuense continuaram convivendo com conflitos. Desde os anos de 1980, um grupo de trabalhadores rurais havia então começado um processo de organização, junto ao sindicato dos trabalhadores rurais, para fazer o enfrentamento dos sócios que estavam na direção daquela entidade, aqueles que chamavam de “pelegos”, dirigentes que não defendiam as causas mais urgentes que estavam acontecendo no campo.

Frente a isso, o grupo que havia buscado essa organização reuniu diversos trabalhadores e formou várias delegacias sindicais, e em 1983 elegeu-se uma direção que passou a ser considerada como defensora da categoria. À frente da direção estavam Virgílio Serrão Sacramento, Aldenor dos Reis e Silva, Edgar Valente, Armando Alves, Aventino Rodrigues, entre outros, além do padre Sérgio Tonetto, um Xaveriano que havia chegado da Itália nos fins da década de 1970 para a Diocese de Abaetetuba e foi enviado para o município mojuense. Sérgio Tonetto pregava a Teologia da Libertação e se considerava um progressista.

A violência no campo mojuense “não deu trégua”. Diversos foram os embates entre trabalhadores rurais das diversas regiões, tendo à frente o sindicato dos trabalhadores rurais e a igreja católica. A “parceria” tinha muitos resultados positivos, uma vez que o enfrentamento se dava “sem descanso”. Uma das armas eram as denúncias junto aos meios de comunicação e às autoridades em Belém. Por causa de sua atuação, Virgílio Serrão Sacramento, o líder dos trabalhadores rurais, foi preso várias vezes.

Tantas vitórias conseguiam, mas também sofriam derrotas, como o assassinato do presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, quando os colonos tiveram uma “baixa” no ano de 1987. Virgílio Serrão Sacramento sofreu um atropelamento quando retornava para sua casa levando jantar para sua esposa, Maria do Livramento, e seus onze filhos, Dorival, Dinalva, Edna, Sandra, Elias, João, Lourdes, Marlene, Ilene, Virgílio Júnior e Noemi, de

apenas seis meses. A casa onde o líder sindical morava ficava na localidade de Sucuriçu, há oito quilômetros da cidade. Virgílio estava em sua moto quando foi apanhado por trás e morreu no local.

Em artigo publicado com o título “A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento” (2017)¹³, procurou-se mostrar quem havia sido esse homem, que nasceu em Limoeiro do Ajuru, em 1942, e casou-se com Maria do Livramento Diniz Sacramento. Saíram do interior desse município para Tomé-Açu, em meados da década de 1960, para trabalhar com a pimenta-do-reino junto aos japoneses. Em 1977, quando a pimenta começou a se desvalorizar, o casal decidiu ir para Moju, onde comprou uma terra e ali iniciou uma nova vida.

Virgílio passou então a viver a experiência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e, frente aos problemas que começavam a eclodir no campo, filiou-se ao sindicato dos trabalhadores rurais, vindo a se tornar presidente no ano de 1983. Sua participação foi efetiva na defesa dos colonos. Em 1987, Virgílio fazia parte de outros movimentos sociais, sendo dirigente da Central Única dos Trabalhadores (CUT) da região Guajarina, que tinha a sede em Abaetetuba, dirigente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI/PA), dirigente do Partido dos Trabalhadores do Estado do Pará (PT), que havia ajudado a fundar, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, nesse momento, era o representante do STR-Moju. A morte do líder sindical nunca foi esclarecida. O jornal *A Província do Pará*, assim noticiou sua morte:

Durante toda a noite e a manhã seguinte, o corpo do líder sindical Virgílio foi velado. Muitas pessoas passaram pela Igreja Católica para prestarem suas últimas homenagens. Alguns políticos estiveram presentes. Vários telegramas foram remetidos à família e ao STR mojuense. A solidariedade esteve presente para os familiares e dirigentes sindicais. Às 11:00 foi celebrada a missa de corpo presente por vários padres dos municípios da Diocese de Abaetetuba. Em seguida, pelas ruas da cidade, em forma de protesto, a multidão que acompanhava o cortejo seguiu rumo ao cemitério, onde no caminho todos se revezavam para carregarem o caixão, como prova de agradecimento pelo derramamento do seu sangue. Um trecho de um canto era bastante entoado pelo povo, e que dizia o seguinte, “Prova de amor maior não há que doar a vida pelo irmão” (A PROVÍNCIA DO PARÁ, 07/04/1987).

4 A morte de Canindé e a invasão dos colonos

¹³ SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. In: PEREIRA, Airton dos Reis *et al.* (org.). **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. 1 ed. Belém: Paka-Tatu, 2017.

Os anos de 1980 estavam chegando ao fim, mas a violência no campo em Moju não. Prova disso havia sido a morte do líder sindical Virgílio, no mês de abril de 1987. Por tudo isso, somado aos anos anteriores, o município vivia momentos extremos pela disputa da terra. Assim, no início dos anos de 1988, mais uma vez a cidade foi “sacudida” por um ato de violência, dessa vez causada pelo assassinato de dois homens conhecidos apenas como “Canindé” e “João”, que teria sido feito por policiais e pistoleiros.

Em entrevista concedida em 2006, padre Sérgio Tonetto¹⁴ recordou sua experiência de vida em Moju. Sua lembrança da região do Jambuaçu era de que os moradores, cansados pela onda de violência que os assolava, estavam se programando para irem à cidade expulsar um grupo de pistoleiros que ali se encontrava, sendo o chefe deste Claudomiro Barbosa, tendo no seu “bando” aproximadamente mais de sete homens, sendo os mais perigosos “Alvim” “Quelezinho” e “Bira”. Os moradores, principalmente do Jambuaçu, e outras lideranças sindicais acusavam esses pistoleiros de receberem “encomendas” de interessados em comprarem as terras de colonos, e, caso estes se negassem a vendê-las, deveriam ser retirados à força de suas propriedades. Vejamos um trecho do seu depoimento:

A Reasa, eu nunca soube direito, mas a Reasa tinha o objetivo de tomar todo o Jambuaçu, inclusive tomando um pedaço que pertence ao município de Acará. Eu me lembro que naquela época, o colega, o padre Jerônimo, hoje o doutor Jerônimo, que já trabalhou quinze anos na CPT, eu alertava ele e ele alertava a gente, e a gente se comunicava, “como é que estão vocês com a Reasa”, e nós, “como é que vocês estão, o que é que vocês estão fazendo”, e nós, e vocês de lá... Fizemos um trabalho juntos, e lá na área da Reasa eles também conseguiram (TONETTO, 26/06/2006)¹⁵.

O plano dos colonos estava totalmente acertado, faltando ser definida a data da “invasão”. O que se sabia era de que seria em janeiro de 1988. Porém, um colono conhecido como “Canindé” e outro chamado “João”, moradores da mesma região, estiveram na cidade por volta do dia 3 de janeiro, tomando bebida alcoólica, excederam-se e, após certa embriaguez, comentaram, em “bom tom”, que eles, sim, iriam matar o principal alvo dos colonos, Claudomiro. O “plano” dos dois deu errado pelo fato do delegado ser avisado. O óbvio aconteceu, os dois foram presos acusados de importunação e ameaça contra a vida alheia.

À noite, ainda de acordo com informações do jornal *Diário do Pará*, o comissário de polícia de Moju teria explicado o que acontecera em Moju, destacando que o então sargento

¹⁴ Sérgio Tonetto, ex-pároco de Moju, foi coordenador da CPT da região Guajarina. Faleceu em janeiro de 2007.

¹⁵ TONETTO, Sérgio. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento, em Ananindeua, 26/02/2006.

de polícia, conhecido apenas como “Modesto”, havia adentrado a delegacia e de lá retirado os presos “Canindé” e “João” e, junto aos outros pistoleiros, teria os levado para um lugar desconhecido, sendo ali torturados e, ainda, obrigados a cavarem uma cova, executando-os, em seguida, com tiros, principalmente no peito. Leiamos trecho da matéria:

Ontem pela manhã, no Dops, o comissário de polícia de Moju, Edineceldo Gomes da Silva, comunicou o que realmente provocou a revolta dos colonos, culminando com a depredação da delegacia e do posto da Telepará, além do incêndio na casa do fazendeiro Claudomiro. De acordo com o comissário, tudo começou na segunda-feira, quando o “elemento” conhecido por Canindé, de arma em punho e embriagado, em uma mercearia, dizia a plenos pulmões que estava sendo pago pelos colonos para matar o fazendeiro. Alguém que ouviu atentamente o Canindé retirou-se do local e foi avisar o fazendeiro e a polícia. Canindé foi preso. Pela madrugada de anteontem, o sargento Modesto, da PM, chegou à delegacia, dizendo que iria levar os dois presos para interrogatório nas matas circunvizinhas da cidade. Eram eles Canindé e João. Já pela manhã, o sargento retornou só da empreitada, afirmando que os dois haviam fugido na hora em que estavam sendo interrogados. Isto não foi o suficiente para convencer o delegado, tenente Beltrão, e muito menos o comissário. Eles passaram a acreditar que o sargento Modesto havia liquidado os dois homens nas matas. O sargento Modesto deixou o serviço e foi se acomodar em um hotel da cidade. O comissário Edineceldo, desconfiado, passou a diligenciar a fim de localizar Canindé e João. Voltou para a delegacia já por volta das 10 horas, sem nenhum resultado em sua busca. E, quando se encontrava com o escrivão, um soldado e dois presos de justiça no xadrez, eis que surge uma turba enfurecida, composta por mais de 100 pessoas que foram logo arrombando a porta da delegacia, perguntando pelo sargento Modesto. Como este não foi encontrado, foram até o posto da Telepará, que foi destruído. Depois, se dirigiram à casa do fazendeiro, que também foi destruída. O sargento Modesto, ao saber que estava sendo caçado para ser morto, fugiu da cidade. (DIÁRIO DO PARÁ, 09/01/1988) ¹⁶.

As informações passadas pelo comissário de polícia de Moju, Edineceldo, mais conhecido como “comissário Mário”, foram contraditórias em vários pontos, uma vez que não havia a informação concreta de que Canindé estivesse armado. No entanto, o que deveria ser o dever do Estado, zelar pela segurança dos custodiados, não foi levado em consideração, visto que os dois presos foram facilmente retirados da delegacia, “altas horas” da noite, para serem “interrogados” nas matas vizinhas. Isso só poderia acontecer com a conivência das autoridades policiais. Canindé e João foram levados para não voltarem mais.

Passados aproximadamente dois dias do seu desaparecimento, alguns caçadores perceberam vários urubus sobrevoando uma área e seguiram para essa direção. Lá descobriram marcas de sangue que os levaram até onde estava uma cova rasa com os corpos

¹⁶ PARÁ, Jornal Diário do. Comissário de Moju explica invasão da cidade Moju. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

das duas vítimas e, em seguida, foram denunciar à polícia de Moju, como podemos observar na matéria do jornal *O Liberal*, com o título “Queimados, com marcas de tortura e balas: cadáveres encontrados em Moju”. Vejamos o trecho seguinte:

O corpo do lavrador conhecido por Canindé, que morava na colônia de Jambuaçu, foi encontrado em estado de decomposição, enterrado em uma cova situada à margem de um ramal, no km 35 da rodovia PA 150, junto com outro cadáver, também em estado de decomposição, e ocupando a mesma cova. Durante a autópsia, feita no município de Moju pelo médico Leite, foi constatado que os dois homens sofreram torturas e foram baleados (Canindé recebeu um tiro no peito e outro na cabeça), e, por fim, queimados. A informação foi dada pelo vice-prefeito de Moju, que afirmou ainda que um dos capangas de Claudomiro Barbosa, de sobrenome Alvim, foi preso pela Polícia Militar, naquela cidade, por volta das 16 horas de ontem, quando estava na casa de um amigo. Ele foi imediatamente transferido para o município de Abaetetuba, por questões de segurança. Os dois cadáveres foram encontrados por lavradores da região que, na tarde de ontem, observaram uma grande concentração de urubus numa área. Procurando saber o motivo, encontraram uma trilha de sangue de aproximadamente 50 metros, que os conduziu até o local onde os corpos estavam enterrados. Após a autópsia e o reconhecimento, feito por amigos, do cadáver de Canindé, os corpos foram enterrados sem ser descoberta a identidade completa das vítimas (O LIBERAL, 09/01/1988)¹⁷.

A notícia da morte dos dois colonos se espalhou no município, principalmente pelos seus requintes de crueldades, chegando até a região do Jambuaçu, quando os lavradores não tiveram dúvida de que havia “chegado a hora” de entrarem em ação e tentarem “dar um basta” na situação. Com a manchete principal “Delegacia e casa destruídas”, o jornal *O Liberal* noticiou a ação:

Por volta das 10 horas da manhã de ontem, cerca de cem homens armados com espingardas cartucheiras (de caça), invadiram o município de Moju, com 15 mil habitantes e a 70 km de Belém. Eles chegaram em caminhões e, numa ação ordenada, dispersaram-se em grupos pela pequena cidade. Quase que simultaneamente destruíram o posto telefônico da Telepará, invadiram e destruíram a delegacia e em seguida incendiaram a casa de Claudomiro Barbosa, dono da fazenda “Terra Vista” (O LIBERAL, 09/01/1988)¹⁸.

A ação dos colonos de Jambuaçu, como continuou a matéria do jornal *O Liberal*, foi ocasionada tanto pela morte dos dois homens quanto pelo clima de tensão que, há mais de uma década, vivia a região de Jambuaçu, quando “a todo custo” grileiros e latifundiários

¹⁷ LIBERAL, Jornal O. Queimados, com marcas de tortura e balas: cadáveres encontrados em Moju. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

¹⁸ LIBERAL, Jornal O. Delegacia e casa destruídas. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

tentavam expulsar as famílias de suas terras. O jornal mencionava um número de aproximadamente cem pessoas que haviam participado da ação.

No entanto, segundo informações de moradores da região, não eram cem homens, mas aproximadamente 70 que haviam participado dessa ação. Uma das estratégias pensadas por esses foi de pintarem os rostos de carvão para que não fossem reconhecidos. As armas utilizadas foram as de caça, as espingardas. A ação deveria ser breve. E assim foi.

Percorreram cerca de cinquenta quilômetros da região do Jambuaçu, à noite, até chegarem a certo quilômetro da cidade, onde esperaram o dia 8 raiar, quando, às 6 horas da manhã, marcharam para o centro. Nesse momento, a população ainda estava em suas casas. O primeiro local aonde foram foi o posto da Telepará, empresa de telefonia que realizava o serviço de comunicação na região, onde, com tiros, destruíram os aparelhos telefônicos ali existentes. Depois, continuaram a caminhada e foram para o mercadinho Eliana, onde pegaram vasilhames e prosseguiram a jornada, rumo ao posto de gasolina.

Nesse momento, dividiram-se em dois grupos. Um foi para a casa de Claudomiro e outro foi para a delegacia. O primeiro grupo, ao chegar à casa do chefe da pistolagem, não o encontrou, pois este já havia sido avisado e empreendido fuga. Os homens com os rostos pintados não hesitaram e tocaram fogo na sua residência. O outro grupo, ao chegar à delegacia, também não teve resistência. Mais uma vez o grupo optou pela queima do prédio, ateando fogo ao local. Como tudo havia sido pensado e calculado, após esses atos, todos retornaram pelo mesmo caminho, não deixando pistas de quem eram realmente os envolvidos na ação articulada. Quando o reforço policial chegou em Moju, não encontrou rastro de nenhum envolvido. Vejamos mais um trecho do jornal *O Liberal*, que deu significativo destaque para o ato. Com o título “Destruição e incêndio no Moju”, temos mais um pouco do que foram aqueles dias de acontecimentos de tensão:

Foi muito rápido, segundo os moradores da cidade de Moju. Cerca de 100 homens armados, pintados com carvão para disfarçar o rosto e liderados por três encapuzados, chegaram em caminhões e se distribuíram: um grupo seguiu para o posto da Telepará, outro para o porto das balsas, um terceiro para um pequeno supermercado. No supermercado, retiraram garrafas plásticas de cinco litros cada, seguiram para o posto de gasolina, abasteceram os galões enquanto que, no posto de serviço, o outro grupo inutilizava os telefones a tiros de cartucheiras. Do posto, se dividiram: um grupo foi à delegacia de polícia, expulsaram os policiais de serviço e quebraram tudo o que viram pela frente, rasgaram os processos e incendiaram o prédio, que só não ficou completamente destruído porque populares apagaram o fogo. Outro grupo foi para a casa do fazendeiro Claudomiro Barbosa, dono da fazenda “Bela Vista”, e a derrubaram. O que sobrou, queimaram. A população de Moju não tem dúvidas em dizer que os homens vieram da colônia de Jambuaçu, palco de um

antigo conflito fundiário e de onde desapareceu, há alguns anos, um lavrador conhecido por Canindé, sendo pistoleiros a serviço de Claudomiro Barbosa acusados do sequestro (O LIBERAL, 08/01/1988).

Como podemos observar no trecho da matéria, há desencontros nas informações, apesar de boa parte delas conter indícios da verdade ocorrida naquele dia. É provável que os lavradores não tenham ido em caminhões, mas, sim, a pé, por não terem estrutura suficiente para garantir os transportes mencionados no jornal.

Odorico Amaral Rodrigues¹⁹, mais conhecido como “Pregote”, morador da região do Jambuaçu, em 2007, em entrevista, afirmou que havia participado dessa ação. Para ele, naquele período, os moradores dessa região não estavam tendo “sossego” por conta das ameaças constantes do grupo do pistoleiro Claudomiro, que vivia a lhes aterrorizar, primeiro com as propostas de comprar suas terras por preços muito baixos, sendo que os que se recusavam, geralmente eram retirados de suas posses à força ou com ameaças de morte, sendo quase sempre empregado o terror, com destruição de plantações, roças e morte de animais. Para ele, os moradores estavam muito insatisfeitos. Nas suas palavras, podemos ver este fato que aconteceu:

Muito insatisfeito, porque existia “nove pistoleiro” aqui, junto com o Claudomiro. Claudomiro, Agostinho. A frente se arrumou. Eu fui um dos companheiros, “viemo 80 pessoa, tá”, fui o primeiro que deu o tiro no fio da ocorrência (*comunicação*) ali da Telepará. Do telefone, descemos por aqui, com a “cara” cheia de carvão e tudo mais, “peguemo” ali “uns litro” de gasolina no posto que não queriam nos “dá”, “olha, ‘se vocês não nos dar’, nós ‘bota’ fogo é aqui mesmo”. Aí foi mais quem nos deu carote, aí a gente subiu por aqui, nessa, o Mário estava assumindo a própria delegacia. O Mário “tava” até tomando um banho, quando ele viu, correu de cueca e caiu dentro de um barril “pra” se esconder, e o sargento correu e foi se esconder dentro da casa da Dulcirene, dentro do guarda-roupa dela, mas nós não tinha nada com eles, “nós ia” na casa do Claudomiro. Não sei quem ou quem repassou (*informou*) “pro” Claudomiro e o Claudomiro saiu, “enxerguemos” só a casa dele, só “toquemo” fogo na casa (RODRIGUES, 25/02/2007)²⁰.

Mário de Souza, mais conhecido como “Mário do Sindicato”, por ter sido duas vezes presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais mojuense (STR), também concedeu uma entrevista na qual afirmava que não tinha dúvidas de que uma situação sem controle havia se instalado na região do Jambuaçu, e acusava o chefe da pistolagem Claudomiro como causador disso, pois teria sido a partir do momento em que este começou a comandar um grupo de pistolagem que o município não teria sido mais o mesmo, pois tanto nessa região quanto em

¹⁹ Odorico Amaral Rodrigues foi morador da comunidade de Castanhandeua, na região do Jambuaçu.

²⁰ RODRIGUES, Odorico Amaral. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento, em Moju, 25/02/2007.

outras, no território mojuense, além da área urbana, prevalecia o medo. Para o ex-presidente do STR, Claudomiro não despertava, anteriormente, suspeita sobre sua atuação frente ao trabalho que desenvolvia. Porém, segundo ele, chegou um momento em que os colonos não mais suportaram a situação vivida, como podemos ver a seguir:

Eu cheguei a ver e lembro muito bem da forma que eles procediam, agiam a ponto de não mais ser suportável aquela situação em que viviam e os trabalhadores acabaram se organizando, sim, “pra” dar combate a essa situação e acabaram se mascarando, se pintando, se organizando de modo geral e vieram pra cidade, entraram na cidade de uma forma silenciosa e procuraram justamente a casa desses cidadãos na tentativa de pegá-los e de uma vez por todas dar um basta nessa situação. Foi em pleno dia mesmo isso e foi uma correria pra todo lado, saiu tiroteio, porque chegaram armados na cidade e com isso foi um trabalho que não vou dizer que concordo em função de ser a melhor coisa. Mas foi uma forma de tentar evitar a expansão da permanência do que acontecia na época. Chegaram, “se dirigiram-se” às casas desses cidadãos, considerados pistoleiros, e não chegaram a pegar nenhum deles em função da correria, acabaram escapando da mira desse povo que veio pra ver se iam encontrar e ver se, de uma forma ou de outra, dar combate a essa situação. Após isso, a gente louva a Deus a atitude desses homens, mudou pra melhor, porque “boa parte desse pessoal já passaram” a ter outro tratamento, trataram de uma forma totalmente diferente e não mais tendo condição de permanecer na cidade²¹.

A tabela a seguir nos mostra de forma breve o quadro da violência mais grave que ocorreu em Moju. Os dados apresentados foram extraídos do livro de Ronaldo Barata (1995), referido anteriormente. Não são a totalidade dos conflitos que ali existiram, mas nos ajudam a termos uma maior clareza dos dias tensos que acometeram Moju.

Tabela 1 – Conflitos pela terra em Moju na década de 1980.

Ano	Datas	Situação	Envolvidos	Vítimas
1980	-	-	-	-
1981	19/07/1981	Líder sindical preso	Lavrador, Pistoleiros, PM	Lucelino Américo
1982	15/05/1982 23/06/1982	Lavrador morto Posseiros perseguidos	Lavrador, Vigia, Reasa Posseiros, CPT, Reasa	José Claudio Paiva Sem vítimas
1983	12/1983	Ameaça a posseiros	Jader Barbalho, Posseiros, CPT, STR	Sem vítimas
1984	10/02/1984 04/04/1984 07/09/1984 09/10/1984	Ameaça a posseiros Prisão de líder sindical Vereador morto Ameaça a posseiros	Reasa, STR, ITERPA Promotor, Sindicalista, CPT Vereador, Reasa, Posseiros, STR Polícia, STR, Reasa	Sem vítimas Sem vítimas Edmilson Soares Sem vítimas
1985	-	-	-	-
1986	28/07/1986 05/09/1986 24/12/1986 12/1986	Sindicalistas ameaçados Ameaça a posseiros Sindicalista ameaçado Sequestro de posseiro	STR, Serruya, Polícia Posseiros, Manorte Sindicalista, Real Agroindustrial CPT, STR, Real Agroindustrial	Sem vítimas Sem vítimas Sem vítimas Sem vítimas

²¹ SANTOS, Mário de Souza. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento, em Moju, 28/02/2006.

1987	14/01/1987 04/02/1987 05/04/1987	Pistoleiro morto Pistoleiro morto Sindicalista morto	Posseiros, Pistoleiros, STR CUT, STR, CPT, Pistoleiro Fetagri, STR	Não identificado Não identificado Virgílio S. Sacramento
1988	08/01/1988 08/01/1988 09/01/1988	Posseiro morto Posseiro morto Revolta em Moju	STR STR Posseiros	Canindé João Sem vítimas
1989	20/01/1989	Conflito na Agromendes	SPDDH, CPT, STR, Agromendes	Sem vítimas

Fonte: Tabela elaborada pelo autor, baseada no livro de Ronaldo Barata (1995).

Como podemos observar na tabela acima, de acordo com Barata (1995), não há informações sobre a violência no campo mojuense nos anos de 1980 e 1985. Isso não quer dizer que não tenha ocorrido. É provável também que outros casos não tenham chegado até as autoridades e mesmo aos representantes de entidades, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Moju, a Comissão Pastoral da Terra, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), entre outros.

Entretanto, por essa tabela, é possível termos a clareza de como o município mojuense viveu dias de tensão durante quase toda a década de 1980. Como está descrito, além de uma violência sem igual contra posseiros, quanto ao desrespeito às suas terras, imposta principalmente pelas agroindústrias, o número de mortos também foi significativo. Diríamos que ocorreram “baixas” para todos os lados, como de colonos, pistoleiros, políticos e sindicalistas, casos estes que ajudam a ilustrar a situação difícil ocorrida no solo mojuense.

Depois de aproximadamente um mês da “invasão” na sede do município de Moju, uma comissão composta por 25 pessoas se organizou para ir até Belém se encontrar com o então governador Hélio da Mota Gueiros, para lhe entregar uma pauta com várias reivindicações. Essa era composta pelo então prefeito, vice-prefeito, vereadores, líderes religiosos, sindicalistas, entre outros. Para a comissão que teria se encontrado no dia 13 de janeiro, a tensão na cidade ainda se encontrava forte. Por isso a grande preocupação. O prefeito teria se retratado das acusações de que seria amigo de Claudomiro, afirmando que em seu gabinete recebia qualquer pessoa e que um favor pedido pelo então chefe da pistolagem, de abrir um ramal que seria para uma suposta fazenda de sua propriedade, só teria sido atendida porque também beneficiaria famílias de uma comunidade.

Várias denúncias foram apresentadas ao governador do Estado nessa ocasião, sendo que dentre as principais constava a das arbitrariedades cometidas pelo delegado de polícia, tendo mais uma vez o prefeito eximindo-se de ter conhecimento e afirmado que, no dia do desaparecimento do lavrador Canindé, não se encontrava na cidade, sendo que o vice-prefeito, também conhecido como Parola, não “assumira” nenhuma responsabilidade, pois também não sabia de nada em relação ao que se sucedia.

Além de ser ouvida pelo governador, a comissão teria procurado outros órgãos na capital paraense, estando as autoridades judiciárias entre um dos alvos para receberem as denúncias, como noticiou o jornal *Diário do Pará*. Porém, por estarem de férias, as comissões não foram sequer recebidas para denunciarem a situação da violência causada por pistoleiros com a “convivência da polícia”.

Com toda essa série de acontecimentos em Moju, a Diocese de Abaetetuba se pronunciou de forma oficial no dia 8 de fevereiro. Junto a outros órgãos, como a Comissão Pastoral da Terra, norte II, Conferência dos Religiosos do Brasil, Conferência dos Bispos do Brasil, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral dos Pescadores, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, Paróquia de Confissão Luterana em Belém, Confederação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará e Amapá e Central Única dos Trabalhadores, entregaram uma nota expondo uma série de ações que teriam permitido que o município chegasse a esse ponto.

5 Conclusão

A violência no campo paraense e em particular em Moju na década de 1980 foi resultado do modelo implantado pelos militares para a Amazônia, depois de assumirem o poder em 1964. Foi inevitável que vários projetos agroindustriais tenham se estabelecido no município mojuense, causando diversos tipos de problemas. Também foi inevitável que a organização social desses sujeitos tenha proporcionado uma resistência, inclusive por meio de ações de lutas e defesas dos interesses dos seus pares. É bem verdade que 1835, durante a tomada da cidade de Belém pelos cabanos, pelos mandos e desmandos de ricos comerciantes e governantes da época, que exploravam esses sujeitos, tenha sido um momento de grande conquista para esses homens pobres e miseráveis dos rincões da Amazônia, como nos fala a historiadora Magda Ricci, no artigo “A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: O outro lado de uma revolução (1835-1840)”²², afirmando que “Em sua maioria, os cabanos eram trabalhadores ligados à terra ou por meio de plantações e gado, ou como coletores dos mais diversos produtos da mata ou da floresta ou dos rios” (RICCI, 2008, p.158).

²² RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: o outro lado de uma revolução (1835-1840). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo A. (org.). **Formas de resistência camponesa**. Visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2008.

Nos anos seguintes a toda violência que se tornou extrema no município de Moju, a situação foi amenizada. O município continuou vendo a expansão de grandes empreendimentos que mudaram a paisagem rural com grandes plantações de dendê, por exemplo. Mas também por um bom período os pistoleiros não foram mais vistos, principalmente no centro urbano. A firma Reasa, que anos à frente mudaria o nome, passando a se chamar Marborges, ainda hoje está localizada na região do Jambuaçu, território quilombola, na rodovia PA-252, que liga o município de Moju ao município de Acará e agora denominada Rodovia PA-252 Virgílio Serrão Sacramento.

Figura 2 – Aviso da empresa Marborges na Rodovia PA-252 Virgílio Serrão Sacramento



Fonte: <http://novacartografiasocial.com.br/>.

Referências

AMAZÔNIA, Nova cartografia social da. **Boletim informativo Guerra do dendê: Quilombolas atingidos pela expansão do dendê no Pará.** Set./2014. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/>>. Acesso em:

BARATA, Ronaldo. **Inventário da violência: crime e impunidade no campo paraense.** Belém: Editora Cejup, 1995.

BECKER, Bertha. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

CASTRO, Edna Ramos; MARIN, Rosa Acevedo. **Negros do Trombetas: Guardiães de Matas e Rios.** 2 ed. Belém: Editora Cejup, 1993.

LIBERAL, Jornal O. Delegacia e casa destruídas. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

LIBERAL, Jornal O. Queimados, com marcas de tortura e balas: cadáveres encontrados em Moju. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia/** Violeta Refkalefsky Loureiro. 2 ed. Belém: Editora Cejup, 2000, p. 241-242.

LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax. A questão fundiária na Amazônia. *In: Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, 2005.

PARÁ, Jornal Diário do. Comissário de Moju explica invasão da cidade Moju. 09/01/1988. Comissão Pastoral da Terra – Região Guajarina.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: a luta pela terra no sul e sudeste do Pará.** Recife: Editora UFPE, 2015.

PIMENTEL, Vera Maria Segurado. O discurso de poder do Branco sobre o índio materializado no espaço museal Forte do Presépio em Belém do Pará. Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História – Contra os preconceitos: história e democracia.** Brasília: ANPUH, 2017.

RICCI, Magda. A Cabanagem, a terra, os rios e os homens na Amazônia: O outro lado de uma revolução (1835-1840). *In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo A. (org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história.* 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2008.

RODRIGUES, Odorico Amaral. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento, em Moju, em 25/02/2007.

SACRAMENTO, Elias Diniz. **A luta pela terra numa parte da Amazônia: o trágico 07 de setembro de 1984 em Moju e seus desdobramentos.** Belém: Editora Açaí, 2009.

SACRAMENTO, Elias Diniz; OLIVEIRA, Antonio Jefferson Paiva. A luta pela terra na Amazônia: o assentamento Quintino Lira em Santa Luzia do Pará (2007-2015). *Revista Outras Fronteiras*, v. 3, 2016.

SACRAMENTO, Elias Diniz. A história e memória de um sindicalista na Amazônia: Virgílio Serrão Sacramento. *In*: PEREIRA, Airton dos Reis *et al.* (org.). **Culturas e dinâmicas sociais na Amazônia Oriental brasileira**. Belém: Paka-Tatu, 2017.

SANTOS, Mário de Souza. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento em Moju em 28/02/2006.

TONETTO, Sérgio. Entrevista concedida a Elias Diniz Sacramento em Ananindeua em 26/02/2006.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Violência e grilagem**: instrumentos de aquisição de terras no Pará. Belém: UFPA/ITERPA, 2001.

VERDADE, Comissão Camponesa da. **Relatório Final**: violações de direitos no campo 1946 a 1988. Brasília, dez. 2014.